

# Moldando a opinião pública: o papel da imprensa e dos pseudônimos de Rio Branco para a condução da política exterior do país (1902-1912)

*Shaping public opinion: the role of press and Rio Branco's pseudonyms to conduct foreign policy (1902-1912)*

Lucas Freschi Sato\*

## Resumo

O presente estudo visa compreender como o Barão do Rio Branco informava e moldava a opinião pública de sua época por meio da redação e veiculação de artigos anônimos e sob pseudônimos, os quais defendiam sua cosmovisão durante a década em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912). Ainda pouco explorados nos meios acadêmicos, esses textos anônimos e as ideias reveladas sob pseudônimos são revestidos de capital importância ao desvelar com maior clareza as ideias de Rio Branco e evidenciar a maneira com que construíam, no imaginário coletivo, imagens acerca do Ministro, do Brasil e do Mundo, que fossem condizentes com os projetos e perspectivas do Barão. Através de pesquisa bibliográfica, histórica e da análise de conteúdo de discurso em fontes primárias, este estudo visa jogar luzes sobre o entendimento da opinião pública brasileira, da relação entre o estadista e a opinião e das relações de poder com a imprensa.

**Palavras-chave:** Rio Branco. Opinião Pública. Pseudônimos. História das Relações Internacionais.

## Abstract

The present study aims to understand how the Baron of Rio Branco informed and molded the public opinion of his time through the writing and publication of anonymous articles and pseudonyms, which defended his worldview during the decade in which he was at the head of the Ministry of Foreign Affairs (1902-1912). Still scarcely explored in academic circles, these anonymous texts and ideas revealed under pseudonyms are of paramount importance in unveiling with greater clarity the ideas of Rio Branco and showing how they constructed, in the collective imagination, images about the Minister, from Brazil and of the World, that were consistent with the projects and perspectives of the Baron. Through a bibliographical and historical research and the analysis of discourse content in primary sources, this study aims to throw light on the understanding of Brazilian public opinion, the relation between the statesman and the opinion and the relations of power with the press.

**Key words:** Rio Branco. Public Opinion. Pseudonyms. History of International Relations.

\* Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Contato: lucas.freschi.sato@gmail.com.

## Introdução

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, foi responsável não apenas pela mais longa chancelaria contínua à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no Brasil, servindo ao governo de quatro presidentes, mas também contou com excepcional apoio popular em torno de sua figura e sua política externa. Elevado a mito fundador da diplomacia brasileira, Rio Branco é um curioso e raro caso de personalidade que foi capaz de atingir o *status* heróico ainda em vida.

Como herói nacional, a fama de Rio Branco atravessou as décadas (SANTOS, 2018), de forma que hoje se acumulam os estudos sobre o papel do estadista para a construção do Brasil. Apesar disso, uma parte de grande valor de sua obra permanece pouco notada nos meios acadêmicos. Trata-se dos artigos anônimos e textos produzidos sob pseudônimos que Rio Branco redigia e veiculava nos jornais de sua época e que atuavam, portanto, sobre a formação da opinião pública brasileira ao construir e ressoar narrativas através da imprensa. Entender como Rio Branco formava a opinião favorável a suas perspectivas de Brasil, de mundo e de si enquanto Ministro consiste no principal objetivo deste artigo.

Para tanto, é primordial que se esclareça o entendimento do conceito de “opinião pública” para este estudo. Essa base teórico-conceitual fia-se nas ideias de Walter Lippmann, em sua obra *Opinião Pública* (2008), na qual disserta sobre a importância dos estereótipos, da censura, da propaganda, da moldagem dos interesses e da imprensa na forja do que se entende por “opinião pública”:

Distorções de percepção pelas pessoas de mundo distantes e inacessíveis à experiência direta se devem a censura, as limitações ao contato social, a insuficiência de tempo destinado pelos indivíduos a estudar assuntos públicos, a necessidade dos comunicadores de expressarem eventos complexos em passagens curtas, diretas e compreensíveis a uma larga e difusa audiência, além dos já referidos e inevitáveis preconceitos que todos nós temos e dos estereótipos que todos nós cultivamos. **Opinião pública neste sentido é uma ilusão** (...) a opinião pública não emerge das pessoas naturalmente. É um processo de animação social através do qual estes personagens interessados no controle social se envolvem (LIPPMANN, 2008, p. 14, grifo nosso).

A opinião pública é entendida, portanto, enquanto ficção criada por agentes interessados no controle social. Lippmann afirma,

ainda, que a criação da opinião ocorre através das narrativas que a imprensa divulga, formando na mente das pessoas “pseudo-ambientes” (LIPPMANN, 2008, p. 29-33), ou seja, imagens ficcionais criadas no pensamento daqueles que não presenciaram o evento descrito pela imprensa, mas que dele tomam consciência através das narrativas dos jornalistas. Através dessas narrativas é que se constroem as imagens sobre eventos distantes, ficções que definem em grande parte o comportamento político dos seres humanos (LIPPMANN, 2008, p. 34).

Tendo isso em vista, os artigos anônimos e pseudônimos de Rio Branco à época em que liderava o MRE (1902-1912) foram esmiuçados pelo método da análise de conteúdo de discurso, a fim de que deles se evidenciassem as ficções que o Barão buscava imprimir na mente das pessoas. Entendendo o Ministro enquanto agente interessado no controle social, uma vez que, sob regime democrático e republicano, dependia da aceitação da opinião para a condução da política externa do País, que à época despertava grande interesse público, os quinze artigos escritos entre 1902 e 1912 foram submetidos ao método desenhado por Laurence Bardin, na obra *Análise de Conteúdo* (1977). Este método guiou as análises de fonte primária, que são os referidos artigos - reunidos nos Cadernos do Centro Histórico de Documentação Diplomáticas (CHDD) - e dos quais se buscou fazer inferências entre a superfície do texto e os fatores determinantes de suas características, as condições de produção e de recepção das mensagens e, principalmente, dos valores que comunicavam.

Assim, cada frase - entendida como unidade de sentido completo e terminada por pontuação - dos artigos foi analisada, considerando-se com especial atenção aquelas que possuísem valor temático na construção dos pseudo-ambientes em torno da figura do Ministro, do Brasil e do mundo. O resultado deste trabalho pode ser observado nas seções seguintes: a primeira (O Papel dos Pseudônimos) visa esclarecer a singular importância do anonimato nos artigos analisados; a segunda seção (O Ministro das Relações Exteriores: a Construção do Herói) apresenta os resultados da análise de conteúdo no que tange à figura do Ministro, ressaltando a narrativa heróica que Rio Branco construía em torno de si; e, enfim, a terceira seção (O Mundo e o Brasil aos Olhos Pseudônimos) se desenvolve em torno da ficção construída em torno do Mundo, do Brasil e de sua inserção internacional.

## O Papel dos Pseudônimos

Um ponto de atenção, que precede a análise de conteúdo dos artigos, consiste em ressaltar o valor singular das linhas escritas por Rio Branco sob a proteção dos pseudônimos e do anonimato durante sua vida. Segundo Henrich (2009), esses artigos se revestem de capital importância porque permitiram que as ideias do autor transparecessem com maior liberdade e, assim, as formas de pensar de Paranhos ficavam mais evidentes. Com a identidade protegida, ficava livre dos constrangimentos que suas declarações poderiam causar aos cargos na administração pública que assumiu durante sua trajetória, ou ao nome que carregava e pelo qual tanto zelava.

Esse argumento é reiterado na recente obra biográfica sobre Rio Branco produzida por Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos (2018). O autor destaca que, ao fazer uso de pseudônimos, Rio Branco podia expor de forma mais clara e direta as vantagens auferidas ao Brasil a partir das negociações que ele conduzia, sem se indispor com outros países. Ademais, ficava livre para atacar seus desafetos na imprensa (SANTOS, 2018).

Exemplo evidenciador dessa maior liberdade e clareza com que se expressava sob anonimato ocorre já nos anos finais da monarquia brasileira, frente aos prenúncios da República. Diante dessa conjuntura, o Barão, convicto monarquista, bateu em defesa de D. Pedro II e do modelo monárquico, dispondo-se a ajudar Benjamin Mossé, o rabino de Avinhão, a escrever uma biografia do Imperador e afastar as ideias de uma insurreição contra o velho monarca. Na prática, contudo, instrumentalizou Mossé como meio de fazer sua defesa da monarquia de forma anônima: “por que se expor, se podia levar anonimamente a própria pedra?” (VIANA FILHO, 1959, p. 139), era a lógica que revestia o pensamento pragmático e realista de Rio Branco. Em carta a amigo próximo, ele chegou a escrever: “o homem [Mossé] é pois um testa-ferro de que me servi para dizer à nossa gente o que penso com mais liberdade, e não ficar com a fama de incensador de poderosos” (RIO BRANCO *apud* VIANA FILHO, 1959, p. 140). Essa passagem em particular é reveladora da maneira instrumental que Paranhos servia de nomes alheios para defender causas que considerava justas, coadunando o apontamento de Henrich (2009) e Santos (2018) de que sentia-se mais livre ao se expressar de forma anônima e, assim, mais reveladora de suas visões de mundo.

O pensamento estratégico frente a formação da opinião pública é também ressaltado em sua atuação como delegado do governo brasileiro na Exposição Internacional de São Petersburgo de 1884. Na ocasião, buscou divulgar o café brasileiro entre os russos e multiplicou pela imprensa o sucesso de sua empreitada, reservando horas para falar com os jornalistas e mandando notas traduzidas dos jornais russos sobre a boa aceitação do café por lá, para que fossem publicadas nos jornais brasileiros. Em declaração reproduzida por Santos (2018, p. 115), Paranhos dizia: “acredito muito no poder da publicidade pela imprensa, pelos anúncios convenientemente espalhados”. De fato, a conveniência dos assuntos divulgados se materializou para Paranhos em notas nos jornais cariocas que alardeavam seu sucessos na Exposição e lhe rendeu o título de Conselheiro do Império (SANTOS, 2018).

Outros episódios na vida de Rio Branco, anteriores ao cargo de Ministro, também são reveladores dessa mesma lógica e do uso consciente que fazia de seus textos sob anonimato para moldar a opinião pública. Enviou, por exemplo, crônica ao *Jornal do Comércio*, na qual alardeava o quão bem estava D. Pedro II e de quão viva estava sua memória, enquanto os boatos sobre a saúde física e mental do Imperador já corriam no sentido contrário (VIANA FILHO, 1959). Enquanto monarquista, essa fora mais uma forma que Rio Branco encontrava de defender o regime frente à opinião, lutando na contramão da estratégia de propaganda republicana de, aos olhos do público, vincular a monarquia ao signo do velho e do antiquado, valendo-se da figura idosa do Imperador em oposição ao signo do novo e da modernidade que se associava à República (MELLO, 2009). Mesmo depois de consolidado o golpe republicano, Rio Branco ainda utilizou o nome “Ferdinand Hex” para escrever as “Cartas de França”, aproveitando para alfinetar a jovem república, sem com ela se indispor, graças à proteção do pseudônimo (VIANA FILHO, 1959).

À frente do Ministério, Rio Branco não abandonou a prática de escrever por meio de suas máscaras. Do contrário, os pseudônimos Nemo, Kent e uma série de artigos anônimos retratam grandes momentos de sua gestão e são o foco de análise deste artigo. São “autores” que realizaram contundentes defesas dos atos do Ministro e levaram às páginas dos jornais uma visão positiva acerca de marcantes momentos: as reformas na correspondência do Ministério, o Tratado de Petrópolis, os problemas com a Argentina frente à

reorganização naval brasileira e o caso da Panther são exemplos dos temas dos quais tratam os artigos.

Segundo Santos (2018), era quase obsessiva a importância que o Ministro dava à opinião pública e aos jornais. Para Rio Branco, “procurar guiar a opinião pública e impedir que ela se transvie” (RIO BRANCO *apud* SANTOS, 2018, p. 303) é o dever primeiro e a principal qualidade de um estadista. Por isso não poupava esforços para garantir o apoio da opinião em decisões que considerava de maior importância. O Ministro não só publicava através de seus pseudônimos, mas também pagava por espaços dos jornais e recrutava os articulistas e editores favoráveis para apoiarem suas causas (SANTOS, 2018). Cabe notar que, em contrapartida, esses jornalistas e proprietários de grandes jornais recebiam verba diretamente do Itamaraty, azeitando com dinheiro público as relações entre a imprensa e o poder governamental, prática comum no Império e na República Oligárquica (SANTOS, 2018).

Nota-se também que traços da própria personalidade de Rio Branco dizem muito a respeito de sua relação com os pseudônimos: a **discrição** na vida adulta justifica o conforto de expressar-se com as máscaras e a **tenacidade** evidencia a forma com que faz uso delas. Sob a alegre comunicabilidade, era um homem fechado e de vida reservada, misterioso ao ponto de seus amigos mais próximos frequentemente se referirem a ele como “a Esfinge”, dada a dificuldade de se penetrar no íntimo de Rio Branco (VIANA FILHO, 1959). No entanto, protegida sua identidade, deixa-se revelar com mais clareza: era a possibilidade de “dizer à nossa gente o que penso com mais liberdade”. O outro traço de sua personalidade diz respeito ao temperamento frente aos seus opositores e críticos. Segundo a descrição do biógrafo Viana Filho (1959), Rio Branco era “possuidor de uma suscetibilidade à flor da pele, que o fazia reagir ao mais leve ataque, Paranhos demonstraria, principalmente, inacreditável tenacidade” (p. 121), a qual se manifestava também por meio de seus artigos pseudônimos e anônimos, nos quais Rio Branco resistia às críticas que recebia dos jornais que desaprovavam suas decisões enquanto Ministro das Relações Exteriores. Soldados de frente na defesa do Ministro, os pseudônimos costumam desmontar os argumentos contrários à ação de Rio Branco de forma professoral, apontando os erros, falácias e inverdades nas informações dos seus críticos para, em seguida, recorrer a argumentos históricos, do Direito Internacional e até geográficos que sustentavam o *modus*

*operandi* do Ministro. Concomitantemente, os artigos em questão desmoralizavam os opositores e justificavam sólidamente a conduta de Paranhos, como bem exemplifica o comentário de Domício da Gama sobre essa dinâmica:

Depois de ter feito um tratado capital [Tratado de Petrópolis], o Barão o está defendendo nos apedidos do *Jornal* com uns artigos assinados Kent, que têm conquistado **adesões de adversários** (...) e a **admiração geral para o polemista**... Você que receava que o Rio Branco se atasse com embiras, pode tranquilizar-se: é um **homem de luta**, chegou o momento (GAMA *apud*. VIANA FILHO, 1959, p. 347, grifo nosso).

Portanto, além dessa imediata funcionalidade de luta em responder aos críticos, os artigos do período em apreciação (1902-1912) funcionavam como meio de Rio Branco construir o imaginário da coletividade que o lia e captar não só apoio da opinião sobre seus atos, mas buscar formar a “imagem na cabeça das pessoas” a respeito da figura do Ministro, do Brasil e do mundo. Isso porque não só defendia suas ações na Política Externa brasileira, mas escrevia uma narrativa infundida de valores acerca de si mesmo, de seus críticos, do Brasil e sua inserção internacional e do mundo como um todo. Formava, portanto, entre a opinião pública, pseudo-ambientes nos quais as ficções que povoavam a mente das pessoas eram condizentes à suas visões e projetos políticos. São essas ficções e narrativas que as duas seções seguintes objetivam retratar e analisar.

### *O Ministro das Relações Exteriores: a Construção do Herói*

O nome de José da Silva Paranhos Júnior figura entre os grandes do Livro dos Heróis da Pátria, seus bustos espalham-se pelas cidades brasileiras e seu rosto já figurou entre os selos postais e diferentes moedas do País. Considerado “pai da diplomacia brasileira”, serve até hoje ao Itamaraty - que se autodenomina “Casa de Rio Branco” - como espécie de mito fundador e arquétipo da profissão diplomática. Não há dúvidas de que Rio Branco é um símbolo de herói nacional de destaque na História do Brasil.

No entanto, um ponto que distingue Rio Branco de grande parte de outros heróis nacionais consiste no fato de que ele atingiu, ainda em vida, o *status* heróico. Em suas biografias, são notáveis as descrições do clamor popular com que foi recebido ao desembarcar no Rio de Janeiro, em dezembro de 1902, para assumir

o cargo de Ministro das Relações Exteriores. O homem que havia mais de duas décadas vivia fora do país, foi recebido com o regozijo dos nacionais, reconhecido pela herança da boa memória do pai, o abolicionista Visconde do Rio Branco, e pelas vitórias nos dois arbitramentos dos quais havia participado, com a Argentina e a França, muito festejados pelos jornais brasileiros. O calor do abraço popular que recebera na volta ao Brasil, nas próprias palavras de Viana Filho (1959) “era a narrativa da chegada do herói” (VIANA FILHO, 1959, p. 326): uma multidão de proporções assombrosa festejava e aplaudia Rio Branco, que passava, em carro aberto, entre os populares como “um triunfador romano” (LINS, 1996, p. 302).

Se já contava com enorme prestígio ao chegar ao Brasil, ao longo da década em que se manteve à frente do Ministério, Rio Branco se esforçaria para manter, frente à opinião, essa imagem heroica, como indica a análise dos artigos anônimos e pseudônimos. Submetidos ao método da análise de conteúdo de discurso, tais artigos são reveladores da imagem que Rio Branco buscava infundir na mente das pessoas acerca do Ministro das Relações Exteriores, pois apresentaram-se como forças construtoras de sua imagem de herói nacional frente à opinião pública por meio da construção narrativa: ressaltam-se os atributos pessoais do Ministro, sua missão heroica, seus sacrifícios e a caricatura vil que representa seus antagonistas.

De acordo com Lippmann (2008), as narrativas em torno de uma pessoa enquanto figura pública a constroem enquanto uma personalidade simbólica, em que se pode encarnar a fonte de todo o bem (heróis), em contraste às fontes de todo o mal (demônios). A análise de conteúdo dos textos evidencia o enquadramento de Rio Branco na personalidade simbólica do herói. O Ministro é descrito como a fonte de todo o bem, estando seu nome, em todas as menções identificadas nos quinze artigos analisados, sempre ligado a valores positivos.

O destaque de atributos pessoais traça a virtuosa personalidade do Ministro. Os pseudônimos realizam a descrição de um homem **coerente**, mostrando que suas decisões mantêm-se ao longo do tempo, baseada na sua firmeza de princípios; **respeitado e respeitoso**, Rio Branco oferece respeito no seu trato diplomático e é também respeitado, inclusive pelos “povos cultos”; **amigável e polido**, seus atos são inspirados nas melhores tradições da monarquia e que faz o Brasil agir externamente como um país civilizado; avesso à **política interna**, a qual é associada ao uso interesseiro

de cargos para obtenção de capital político (“politicagem”); pessoa **firme, convicta de suas decisões**, não pratica o que considera danoso ao País nem mesmo sob ameaça. Contudo, é sempre fiel à verdade. Por isso **retrata-se** quando é necessário: percebendo, por exemplo, que as primeiras notícias que chegaram sobre o caso do Panther eram imprecisas, “o Sr. Ministro das Relações Exteriores não só expediu telegrama à Legação Brasileira em Berlim dando-se pressa em corrigir as inexatidões da primeira exposição, mas apresentou outra, rigorosamente exata” (RIO BRANCO, 2002, p. 88).

Outro ponto de maior destaque na construção da simbologia do herói consiste na narrativa da **eficiência do negociador**, pois destaca os feitos públicos de Rio Branco, como a delimitação quase que definitiva do desenho territorial brasileiro e a resolução digna que encontrou para o caso da Panther, enquanto soluções eficientes e em defesa da coletividade brasileira. O negociador é revelado, principalmente, nos artigos que dedica à contundente defesa do Tratado de Petrópolis: o pseudônimo Kent apresenta o Ministro como aquele que veio dar fim à questões que desde os tempos do Império se arrastavam - escreve Kent: “o novo Ministro das Relações Exteriores, Sr. Barão do Rio Branco, rompendo com o passado, deu oficialmente à última parte do art. 2o do Tratado de 1867 a inteligência que começaram a dar-lhe em 1900” (RIO BRANCO, 2002, p. 25) - e defende frente à opinião as virtudes do acordo que “resolve honrosamente a questão (...) sem que fosse necessário recorrer às empresas bélicas (...) [anexa à União] não o Acre mínimo (...), sim o Acre imensamente maior, operando-se tal anexação mui pacificamente” (RIO BRANCO, 2002, p. 41-42).

O destaque para o caráter **pacífico** que aparece na solução do Tratado e em diversas outras passagens evidencia mais uma grande função dos escritos anônimos e pseudônimos na construção do herói: enquanto fonte de todo o bem, Rio Branco utiliza os artigos para afastar de si os rótulos negativos que os críticos esforçavam para infundir, bem como fantasmas do passado. O destaque da pacificidade do acordo com a Bolívia e do caráter respeitoso e amistoso de suas resoluções diplomáticas, por exemplo, afastam a recorrente acusação dos opositores de seu modo belicista (VIANA FILHO, 1959). Tal finalidade no emprego de pseudônimos é também notável em passagem que retrata seus “hábitos de **vida tranquila e retirada** e os encargos de **família** que tem” (RIO BRANCO, 2002, p. 19, grifo nosso), descrição que vai de encontro à consolidada len-

da da boêmia juventude de Juca Paranhos e busca dela devencilhar-se, já que a antiga fama animava as “bem afiadas línguas da Rua do Ouvidor” (VIANA FILHO, 1959, p. 90). Os ressábios quanto ao traço monarquista do Barão que ocupava cargo de Ministro na infante República também foram atenuados pelos pseudônimos: em artigos como “O Sr. Ministro das Relações Exteriores”, o pseudônimo Nemo dedica-se em provar o caráter **republicano** da gestão em passagens como “o nosso Ministério das Relações Exteriores está seguindo agora, em matéria de estilo oficial, os exemplos que nos dão os republicanos dessas [França, Estados Unidos e Suíça] e de *todas as outras repúblicas*” (RIO BRANCO, 2002, p. 14). Através de numerosos exemplos, é demonstrado que as decisões de Rio Branco estão de acordo “como procedem republicanos insuspeitos em todas as outras capitais federais e capitais de república” (RIO BRANCO, 2002, p. 10).

É importante ressaltar que essa narrativa se construiu em tempos em que os debates no Brasil se polarizava em torno dos defensores saudosos da monarquia e os republicanos que tomaram o poder. Os antigos Liberais e Conservadores dos tempos do Império agora estavam unidos contra a degeneração que enxergavam na República: Rio Branco, Alfredo Taunay, Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Rodolfo Dantas, André Rebouças eram homens dos salões, da cultura aristocrática que olhavam com horror a sociedade da Corte substituída pela sociedade cidadina a partir do golpe republicano (ALONSO, 2008). Segundo Alonso (2008), eles tinham horror aos “*parvenus*” (“alpinistas sociais”):

Tão afeitos aos modos cortesãos, ficaram verdadeiramente enjoados diante da incivilidade, da falta de polidez, que os três grandes republicanos [militares, cafeicultores e empresários] exibiam. (...) Para os aristocratas imperiais, era uma sociedade de *parvenus*. Uma gente rude, sem princípios nem nome. (ALONSO, 2008)

A valorização dos supracitados atributos pessoais de Rio Branco dialoga exatamente com essa visão de “superioridade” da sociedade cortesã frente aos “rudes” republicanos que ascendiam ao poder. Ao se auto-atribuir virtudes pessoais, através de pseudônimos, o Barão estava em consonância com o que fazia outros de seus companheiros monarquistas no esforço de crítica à incivilidade da sociedade republicana e elogio à saudosa Corte, fazendo-o pela escrita. Tal qual Rio Branco, Taunay, por exemplo, usou até mesmo de pseudônimo para escrever um romance inteiro, *Encilhamento - Ce-*

*nas Contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891, 1892*, sob o nome de “Heitor Malheiros”, obra em que zomba dos tipos sociais republicanos e seu desleixo (ALONSO, 2008).

Seguindo a narrativa do herói - distante desses tipos menores que a República havia dado voz, por possuir mais refinados valores, mas ainda assim se dizendo republicano através dos pseudônimos - Rio Branco apresenta sua missão: colocar o Brasil nos trilhos das “nações civilizadas”, dos “povos cultos” e dos “mestres em república”. A missão do herói é ser timoneiro da política externa brasileira, guiá-la pelo caminho dos melhores exemplos civilizacionais. Em seu primeiro artigo sob pseudônimo escrito no cargo de Ministro, o pseudônimo Nemo descreve os deslizes que as gestões anteriores da nascente República, na ânsia de em tudo representarem oposição à caída monarquia, haviam causado ao Brasil e sua imagem externa, gerando estranhamento aos povos cultos e despertando a vergonha nacional. Traz sólidos argumentos de que as reformas que empreendeu o novo Ministro Rio Branco, muito longe de serem de cunho monarquista, colocavam o Brasil no eixo das “grandes e antigas Repúblicas”, guiando o País na direção dos “modelos republicanos”. Seguindo a linha de construir prestígio ao Brasil (CERVO; BUENO, 2012), repetidas vezes são invocadas a “honra” e a “dignidade nacional”, das quais Rio Branco seria o defensor. Assim, retirar o provincialismo e promover a civilização no Brasil são os motivos que animavam o herói em construir o “governo de um país culto [que] não pode proceder como procedem os Botocudos nas suas relações com os enviados das tribos vizinhas” (RIO BRANCO, 2002, p. 66).

Para além de timoneiro que conduz o barco à civilização, o Rio Branco heróico é também encontrado na dimensão de seu **patriotismo e sacrifício**, colocando o Brasil sempre em primeiro lugar, até mesmo antes de seus desejos particulares. O patriotismo é explicitamente citado pelos pseudônimos em diversos momentos, mas ganha especial contorno heróico nos casos em que se manifesta às custas do sacrifício pessoal de Rio Branco, como são exemplos as passagens em que Nemo comenta o custoso aceite ao cargo de Ministro:

A aceitação importava mui grande sacrifício, não só seu, mas também de terceiros que lhe são caros. Acabou, porém, por inclinar-se diante do insistente convite do Presidente eleito, e inclinou-se lembrando-se somente do muito que devia e deve à nossa terra (...). Veio para o Brasil mui ciente de que no posto de perigo que lhe foi designado tinha bastante a perder e nada a ganhar. Se, porém,

tiver de cair de algum despenhadeiro, estamos convencidos de que há de fazer o possível por cair só sem arrastar em sua queda os interesses do Brasil (RIO BRANCO, 2002, p. 19-20)

A análise de conteúdo de discurso revela também a existência de diversas passagens nas quais Rio Branco afasta quaisquer suspeitas de que desejava obter ganhos pessoais em suas ações, para afirmar a defesa da honra e da vontade do País em primeiro plano. Era até mesmo capaz de arriscar seus laços pessoais e colocar o Brasil no primeiro lugar, como mostra a passagem de artigo anônimo:

(...) que ele, barão, era muito sincero amigo da Alemanha e dos alemães, reconhecido às bondades do Imperador e dos membros do seu atual Governo, mas que era brasileiro e tinha o dever de colocar acima de tudo, de todas as considerações pessoais e dos seus interesses particulares, a dignidade e a honra do Brasil (RIO BRANCO, 2002, p. 65).

A dimensão do sacrifício patriótico que coroa os contornos heróicos da descrição de Rio Branco chegam ao ponto de sobrepor o bem do Brasil à própria vida ao afirmar em artigo sem assinatura que o “Sr. Rio Branco” não acederia em fazer aquilo que julgava não benéfico ao País, “nem mesmo se tão ferozes patriotas lh’a quisessem impor sob a ameaça de imediato fuzilamento” (RIO BRANCO, 2002, p. 85).

Se por um lado constrói-se o herói, a narrativa também depende da construção da figura antagônica, dos “demônios” enquanto fonte de todo o mal (LIPPMANN, 2008). Esses demônios são geralmente jornais, jornalistas e líderes que se opõem às condutas de Rio Branco: Zeballos, Quintino Bocaiúva, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Miguel Lemos, Rocha Pombo, *O Jornal do Comércio*, *O Correio da Manhã* e uma série de outros nomes figuram entre os antagonistas, muitas vezes citados genericamente como “agitadores”, embarcando todos aqueles que criticavam o Ministro e o Governo. Em simétrica oposição às virtudes de Rio Branco, aos demônios da narrativa cabe a principal característica de serem **agitadores**: conspiram e são inimigos da paz pública, “sereias da discórdia civil” (RIO BRANCO, 2002, p. 29), buscam transviar a opinião e servir ao caos. Os motivos que lhes movem são a **ambição e a politicagem**, oposto ao desinteresse pessoal de Rio Branco. São **belicistas** em oposição à pacificidade do Ministro. São **ignorantes, mal informados, incoerentes e mentirosos**, opostos a fidelidade do Ministro com a verdade e a fundamentação de seus atos nos melhores

conhecimentos da História, da Geografia e do Direito Internacional Público. São também **impatrióticos**, em oposição ao sacrifício pela pátria que vive no Rio Branco descrito nos artigos.

A construção narrativa de herói e demônios presente nos textos anônimos e pseudônimos do Barão é um elemento de grande importância para manter a opinião pública a seu favor. Concomitantemente, desmontam os argumentos dos críticos, conferem a eles uma terrível caricatura e invocam para si a fonte de todo o bem, em que se traduz a vontade popular. Ao retratar a construção dessa “vontade popular”, Lippmann (2008) escreve:

**Invocam a alma nacional**, a mente nacional, o espírito do tempo que impõem ordem sobre a opinião casual. Uma **superalma** parece ser necessária, para as emoções e ideias nos membros de um grupo não revelarem qualquer coisa tão **simples e cristalina** como sendo a fórmula que aqueles indivíduos aceitarão como a manifestação verdadeira de sua opinião pública (LIPPMANN, 2008, p. 180, grifo nosso)

A “invocação da alma nacional” em Rio Branco manifesta-se, por exemplo, nas passagens em que retrata seu sacrifício patriótico e nas quais menciona o zelo pela “honra” e pela “dignidade” do país. A “superalma” também é notada, pois os pseudônimos jamais fazem menção negativa ao Ministro, do contrário, todos os artigos em que é mencionado, isso ocorre no sentido de enaltecê-lo, desde as referidas características pessoais até suas decisões de Política Externa. A forma “simples e cristalina” é notável na argumentação que os artigos traçam a favor de Rio Branco: de forma didática, argumenta-se em favor do Ministro através de diversos exemplos históricos, citações de autoridades e casos do Direito. Nesse sentido, Rio Branco acabava cumprindo as características descritas por Lippmann para convencer os indivíduos de que suas vontades expressavam-se plenamente na conduta do Ministro.

Por fim, cabe ainda lembrar a consagração póstuma de Rio Branco enquanto herói nacional. Em 10 de fevereiro de 1912, o Ministro faria seu último sacrifício e, deixando a vida no Palácio do Itamaraty, morria como heróico homem público. O carnaval adiado, a enorme comoção popular, as emocionadas notas dos jornais e as biografias que começavam a ser escritas eram o começo da passagem de Rio Branco para a História, da qual seguiram os bustos, os selos postais, a fundação do Instituto Rio Branco e as homenagens que até hoje se prestam ao “patrono da diplomacia brasileira”.

Chama especial atenção a inclusão de seu nome no Livro dos Heróis da Pátria, em 2002, em que Celso Lafer e Francisco Weffort apresentam a seguinte justificativa:

Além da obra de Rio Branco, ressaltaram-lhe os membros da Comissão o espírito, a **grandeza moral**, a personalidade política, os **dons intelectuais** e, sobretudo, a visão de um **Brasil grande e respeitado no plano internacional**. Em seu tempo, foi ele considerado “**o maior dos brasileiros vivos**” e declarado “benemérito” por decreto; morto, tornou-se um **paradigma de patriotismo e dedicação desinteressada** ao serviço do país. Enalteceram-no contemporâneos do porte de um Oliveira Lima, para quem “contribuiu mais do que ninguém para fazê-la (a pátria) maior e contribuiu tanto quanto os melhores para fazê-la respeitada”. (LAFER; WEFFORT, 2002, grifo nosso).

É notório que os autores destacam características como “grandeza moral”, “dons intelectuais”, “patriotismo”, “dedicação desinteressada”, bem como a ideia do “Brasil grande e respeitado”, que são ideais e traços que os artigos analisados faziam também questão de infundir na opinião pública daquele início de século XX. A passagem reitera e cristaliza, portanto, uma imagem que, em parte, os pseudônimos construíram do Barão do Rio Branco e indicam a eficácia que esses artigos tiveram em construir essa imagem de imaculada reputação do herói, mantendo até a contemporaneidade sua lendária fama, pelas características que a si mesmo outorgou em escrita anônima.

No entanto, é importante fazer a ressalva de que este artigo não busca negar que ele, de fato, possuíse tais características. Visa, sim, chamar a atenção para a construção da narrativa heróica que Rio Branco fazia de si mesmo através de artigos pseudônimos e anônimos enquanto forma de modelar a opinião a seu favor, divulgando suas vitórias e virtudes. Ao tratar da consciência com que o traço jornalístico e polemista de Paranhos o levava a expor aos jornais aquilo que julgava necessário, Viana Filho destaca:

ele [Rio Branco] não se limita à imensa correspondência do chanceler: cuida também da propaganda na imprensa. Não é ela que dá ressonância às vitórias, divulgando-as e ampliando-as? (VIANA FILHO, 1959, p. 382).

Divulgou, ampliou e até a contemporaneidade suas vitórias ressoam em torno do heróico Rio Branco, sendo os artigos anônimos e pseudônimos indelével parte da força dessa ressonância.

## *O Mundo e o Brasil aos olhos pseudônimos*

Para além da imagem que construíam em torno da própria personalidade do Ministro, os artigos analisados também informavam a opinião pública a respeito da conformação do Mundo, do Brasil e sua inserção no cenário internacional. É notória a formação da imagem de um mundo tripartido em que se distinguem os “povos cultos” dos “povos fracos” e, entre esses dois extremos, as nações identificadas enquanto potencialidades, no caminho da civilização. É neste grupo que se insere o Brasil, graças à condução do Ministro Rio Branco: antes dele, a política exterior era motivo de constrangimentos e estranhamento dos civilizados, mas a ação do Ministro-timoneiro devolve a ideia de Brasil grande, respeitado e líder regional.

As imagens construídas em torno do ambiente internacional seriam, segundo Lippmann (2008), especialmente importantes para a formação da opinião pública. Contemporâneo de Rio Branco, o teórico afirma que a descrição do mundo exterior, por retratar realidades distantes e povos de culturas diferentes, faz com que as ficções criadas a esse respeito sejam especialmente influenciadoras da opinião. A imprensa era limitada aos jornais escritos, imagens escassas e o contato da população com o internacional era cerceado pelas limitações logísticas e de comunicação daquele início do século XX. Assim, é principalmente através dos estereótipos reproduzidos nos jornais que o público entende e percebe o mundo para além das fronteiras nacionais (LIPPMANN, 2008).

O mundo estereotipado pela escrita anônima e pseudônima de Rio Branco mostra à população um globo hierarquicamente segmentado em três grupos. No topo da hierarquia, encontram-se os “povos civilizados”, também frequentemente referidos como “povos cultos”, que são as populações dos Estados Unidos e dos países europeus como a França, a Suíça, a Alemanha, a Itália e a Inglaterra. Todas as menções a esses países nos artigos analisados são associadas ao papel que eles desempenham enquanto “standard civilizacional” (GONG, 1984): refletem os valores da civilização liberal europeia enquanto modelos os quais os demais países deveriam seguir. A História, o comportamento diplomático, o respeito ao direito internacional, os costumes da linguagem e a ação dos grandes estadistas desses países são copiosamente apresentados como modelos na narrativa dos artigos e, com base nesses standards, o Brasil deveria ser conduzido para chegar à civilização.

Entre esse já distinto grupo de países nos quais se desenvolvem “povos cultos”, um subgrupo ainda mais restrito pode ser percebido como modelos máximos da civilidade: a República Francesa, a Suíça e os Estados Unidos formam a tríade de países mais virtuosos do globo, referidos nos textos anônimos e pseudônimos como arquétipos de cortesia, de respeito, de federalismo, de república e de democracia. O enaltecimento desses países geralmente ocorre em comparação ao Brasil, numa dinâmica em que são apresentados costumes e práticas brasileiras enquanto representantes do atraso e da exotividade, em comparação a tríade civilizada, com costumes e práticas que deveriam servir de modelo. Exemplos notórios encontram-se nos trechos assinados pelo pseudônimo Nemo:

Os republicanos da Suíça, dos Estados Unidos da América e da França, sendo mais antigos, devem entender mais de república do que os do Brasil (...) Entre nós, entenderam alguns jovens ministros que não ficava bem à sua autoridade respeitar tais usos de chancelaria, posto que observados escrupulosamente por mestres em república, como são os suíços, os norte-americanos e os franceses (...) Notemos também de passagem que nas repúblicas que nos podem servir de modelo em matéria de costumes democráticos e estilo oficial (Suíça, Estados Unidos da América e França), ninguém diz ou escreve “cidadão Chefe de Polícia”, “cidadão Ministro”, “cidadão Fulano ou Beltrano” (RIO BRANCO, 2002, pp. 14-18).

Christian Edward Cyril Lynch (2017) esclarece que a Inglaterra, França e Estados Unidos serviram de modelos para as gerações republicanas, que idealizava e apontava esses Estados como os modelos capazes de salvar o Brasil de seu atraso históricos (lusitano, católico, absolutista e escravista). A Inglaterra agradava aos liberais, a França representava a matriz civilizatório moderna e os Estados Unidos a materialização americana da civilização inglesa (LYNCH, 2017). Assim também o Barão enaltece esses modelos (embora o faça com mais atenção à Suíça do que aos ingleses) como guias ao pensamento político brasileiro.

Estabelecido os cânones, o Mundo aos olhos dos pseudônimos também apresentam uma espécie de “via média”: países que não chegaram ainda ao grau da civilização forjada na Europa e Estados Unidos, mas que possuem potencial para se aproximar desse seletivo grupo. A via média é composta pelo Brasil, Argentina e Chile, países

descritos como as três grandes repúblicas da América do Sul e cujo destino se revela “pelas obras de paz, dentro de meio século, elas sejam três grandes e poderosas nações, prósperas e ricas” (RIO BRANCO, 2002, p. 57). É reforçado o papel de amigo desinteressado que o Brasil desempenha com os seus vizinhos sul-americanos, especialmente os chilenos e ainda mais os argentinos. Cabe lembrar enaltecimento dos laços entre a Argentina e o Brasil ocorre justamente no momento em que Estanislau Zeballos agitava a opinião argentina contra a reorganização naval brasileira, alarmando seus compatriotas dos supostos “arremessos conquistadores do Brasil” (VIANA FILHO, 1959, p. 371). Assim, em artigos anônimos como “Brasil e Argentina” (1908), Rio Branco encontra a possibilidade de acalmar a opinião, tensionada tanto do lado argentino quanto brasileiro pela possibilidade de uma guerra, de forma a destacar o relacionamento entre ambos os países, colocando-os como arautos civilizacionais da sub-região que dominam (portanto avesso à guerra e crentes no Direito) e enaltecendo-os até atingir a noção de “sagrado”:

Nada separa o Brasil da Argentina, ligados abstratamente por um destino comum de civilização e cultura, de que são os maiores representante na América Latina. As nossas questões só podem ser resolvidas pela regra constitucional do nosso país, e que consignamos no tratado de arbitramento elaborado aqui na boa fé da amizade. Cultivemos tranqüilamente as nossas relações de vizinhança, troquemos com toda a liberdade, sem pactos forçados, os produtos do nosso trabalho e da nossa inteligência. O campo de irradiação para as nossas energias jovens não pode ser a guerra à civilização, antes deve ser aquela conquista do deserto, prevista e iniciada profeticamente pelos melhores estadistas argentinos. A assombrosa fertilidade dos nossos territórios nos dá uma grave responsabilidade histórica. São eles o refúgio de milhões de homens que os fecundam e transformam. Acima dos preconceitos de infundadas rivalidades de sul-americanos, paira sobre essas terras, que se chamam Brasil e Argentina, um imenso interesse humano. Este solo não pode ser devastado pela guerra. Pelo seu destino, ele é sagrado e intangível (RIO BRANCO, 2003, p. 413-414)

É notável, no entanto, que antes mesmo das agitações promovidas por Zeballos, Rio Branco já buscava legitimar seu projeto de aproximação cordial com o ABC (Argentina-Brasil-Chile) diante da opinião pública, através da exaltação desses países. Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2012), a linha de aproximação das três maiores nações sul-americanas era buscada por Rio Branco desde o início de sua gestão, visando for-

mar um “condomínio oligárquico de nações” (CERVO; BUENO, 2012, p. 211). Aos olhos da opinião, essa busca é ressaltada pelos pseudônimos ao despreverem o Chile enquanto nação poderosa, hegemônica no lado Pacífico da América do Sul e a Argentina e o Brasil dividindo, harmoniosamente, o poder do lado Atlântico. A promessa do destino próspero, mais perto das “nações civilizadas”, é condicionada pela necessidade desses três países se unirem, superando ódios e desconfianças, como fez o estadista argentino General Roca, exaltado pelos pseudônimos a exemplo do que ocorre com os grandes nomes de estadistas europeus e estadunidenses em diversas passagens.

“Emancipar-se da “sul-américa” no que esta expressão traduz de desairoso” (RIO BRANCO, 2003, p. 413) seria a premente necessidade para o ABC aproximar-se dos “povos cultos”, lógica que muito informa sobre a formação do terceiro grupo de países que compõe o mosaico global descrito nos artigos: os “povos fracos” (RIO BRANCO, 2003, p. 413). Oposição simétrica ao primeiro grupo, de “povos cultos”, os fracos são os sul-americanos, excetuando-se Argentina, Brasil e Chile. A América do Sul é descrita como um lugar condenado à esterilidade em razão do caudilhismo, com países débeis, desorganizados, instáveis, de soberanias fracas, de inserção internacional precária e ensimesmada em velhas rivalidades. Países como Equador e Paraguai surgem na narrativa construída pelos artigos, ambos ligados a aspectos negativos, servindo como anti-modelos, contra-exemplos daquilo que deveria seguir o Brasil. O primeiro é descrito por Nemo como “país de carolas” (RIO BRANCO, 2002, p. 14) e o segundo é lembrado à época de Solano López como lugar de “instrumentos de tortura, além dos fuzilamentos e degolações” (RIO BRANCO, 2002, p. 19), invocando uma imagem de barbárie aos olhos da opinião pública, contrária aos standards civilizacionais dos países do primeiro grupo.

Assim se compõe, portanto, a imagem do Mundo tripartido contida nos artigos anônimos e pseudônimos de Rio Branco: os standards civilizacionais da Europa e EUA oferecem os modelos de como os Estados devem ser e se comportar; a via média é representada pela Argentina, Brasil e Chile, enquanto países nos trilhos corretos da civilização, mas dependentes da união e da cooperação para cumprirem seu destino de grandes nações; e os “povos fracos” são os demais países sul-americanos, condenados ao atraso e ao isolamento internacional. Nesse sentido, cabe

notar também o silêncio a que o continente africano e asiático são resumidos na narrativa construída, de forma que não são sequer mencionados países de fora da América e Europa. Logo, os artigos traçam uma imagem eurocêntrica do mundo, em que os arquétipos são fundamentados nos valores das democracias liberais europeias enquanto não apenas formas superiores de arranjo institucional, mas como único caminho possível para se cumprir um destino próspero.

O conteúdo dos artigos informa também à opinião pública que foi a partir da gestão Rio Branco que o Brasil voltou aos rumos da “civilização”, cumprindo o já mencionado papel de timoneiro do Ministro-herói. O período republicano que precede a gestão do Barão é explorado no artigo “O Sr. Ministro das Relações Exteriores” (1903), assinado por Nemo, o primeiro escrito pseudônimo do tempo em que se manteve como Ministro. A ideia a qual mais se associa ao Brasil nesse artigo é a da “exoticidade” e do “estranhamento”, sendo um país sobretudo em desacordo com os “mestres em República”. Sempre comparado aos estrangeiros, o Brasil é apresentado como “uma exceção estranhável” (RIO BRANCO, 2002, p. 12), pouco condizente com os “povos cultos”, devido à contaminação positivista nas comunicações institucionais, que a República havia instaurado com seu “calourismo republicano” (RIO BRANCO, 2002, p. 15). Através da repetição desse tema, constrói-se uma imagem maculada do Brasil no exterior, caracterizada por ser antiquada, distante dos standards civilizacionais. Tal narrativa evoca a vergonha nacional perante a opinião, destacando o vexaminoso papel dos deslizes brasileiros no exterior, que faziam, segundo “Nemo”, o País ser visto como estranho, exótico aos olhos da “civilização”, em contraste com as ações do Ministro e do sentido das reformas que ele empreendia.

Essa caracterização dos primeiros tempos da República, dominada pelos marechais, foi útil ao Rio Branco na medida que lhe possibilitou valorizar continuidades em relação à política externa imperial. Se no seu período nascente a afirmação dos republicanos dependia da oposição em pares antitéticos às ideias da monarquia, Rio Branco agora tomava os deslizes da República da Espada como contraponto à sua política, não mais se valendo dos opostos simétricos em relação ao Império. Assim, estava livre a dar continuidade a linhas fundamentais como o ideal de “conciliação” e de firmar o Estado brasileiro como “pacífico”, defesas que foram centrais du-

rante o Segundo Reinado e que seriam incorporadas à República Oligárquica pelo chanceler, até hoje ressoando com força na política externa brasileira (SANTOS, 2012).

Se frente aos povos civilizados o Brasil era visto com exotividade, a descrição do País no que tange às relações com os vizinhos são reveladoras de uma nação bastante diferente. Toda a construção desse Brasil em relação aos vizinhos é baseada na ideia de uma nação tão poderosa quanto pacífica: baseia suas relações no interesse comum, firma acordos de benefício mútuo, possui uma história de generosidade e, apesar de ser uma potência regional, de notável força naval e extensão territorial, age de maneira pacífica e amigável com os vizinhos menos fortes. Há insistente preocupação dos pseudônimos em clarificar a ideia de que o Brasil é um gigante devotado à paz, que preza soluções harmoniosas, pacíficas e honrosas e não possui qualquer interesse em expandir seus territórios, cultivando amizades desinteressadas, pois já “estávamos expurgados para sempre do tenebroso espírito de conquista” (RIO BRANCO, 2003, p. 413). Das diversas passagens que enaltecem o papel pacífico do país, a exaltação do papel brasileiro para a construção da estabilidade no Prata é uma das mais significativas, pois chega a descrever a ação do país com contornos heróicos e plenos de virtudes, como mostra a passagem anônima que se segue:

Foi por essa época que o Brasil, chamado pelos partidos políticos em luta, interveio no Prata; entrou naquelas terras para dirimir pelas armas e pela diplomacia desavenças sanguinárias no período difícil da gestação dos Estados; foi agente de paz e de liberdade, e à sombra da aliança com o Brasil realizou Mitre o seu grande feito político, que é a unidade nacional da República Argentina. Quando se acabou a sua missão histórica no Prata, o Brasil deixou ali nações organizadas e o nosso território não foi aumentado pela fácil incorporação de províncias desgobernadas (...) O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas; está certo de que a liberdade e a independência internacional não sofrerão ali um desequilíbrio violento (RIO BRANCO, 2003, p. 412-413).

A insistência manifesta nos artigos em salientar o traço pacífico e desprezioso do Brasil é parte do “evangelho” do Barão (SANTOS, 2012) e também reflexo das preocupações de Rio Branco em dissolver suspeitas que as nações vizinhas tinham do país, especialmente depois da aproximação com Washington. Cabe ressaltar que essa identidade pacífica, posição da política externa

iniciada na monarquia, consolidou-se na construção da identidade brasileira a ser tomada como consensual entre os republicanos, pela habilidade do Barão, e que ressoa até hoje (SANTOS, 2012). Ainda, segundo Cervo e Bueno (2012, p. 210), servia a Rio Branco como forma de “desmanchar suspeitas das nações vizinhas”. Os artigos anônimos e pseudônimos serviram, portanto, como construtora de valores à identidade nacional e de oportunidades de acalmar os ânimos da opinião, podendo construir a imagem do gigante pacífico e, mais que isso, buscar argumentar a favor da amizade com os Estados Unidos, visando afastar o temor do imperialismo estadunidense.

É sabido que cultivar laços de amizade pragmática com Washington foi uma das principais linhas seguidas pela diplomacia de Rio Branco, que percebia os EUA como um centro internacional de poder mundial, do qual a América Latina encontrava-se sob influência (CERVO, BUENO, 2012). Dotado de um senso realista das relações internacionais, o Barão via na aproximação pragmática entre o Brasil e os Estados Unidos uma chance de seu país poder relacionar-se com os vizinhos com mais desembaraço, além do caráter defensivo-preventivo que a aliança suscitava (CERVO, BUENO, 2012). Frente à opinião pública, os artigos anônimos e pseudônimos defendiam essa aproximação como forma de colocar o Brasil nos eixos civilizatórios, como na passagem anônima:

Desinteressando-se das rivalidades estéreis dos países sul-americanos, entretendo com esses estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população (RIO BRANCO, 2003, p. 413)

Assim, concebendo o Brasil como país de exaltada grandeza, constrói-se uma narrativa em que soa natural ao País que se aproxime de “grandes amizades internacionais”, representada pelos Estados Unidos, nação que chega a ser referida em artigo anônimo como “nossa grande irmã do norte” (RIO BRANCO, 2002, p. 58).

O Brasil exótico e causa de constrangimentos frente aos “civilizados”, como descrito nos primeiros artigos, vai sendo deixado de lado e, à medida que o tempo do Ministério de Rio Branco avançava, dava lugar a este Brasil irmão de grandes potências, prestigiado e respeitado pelos países cultos. Essa nova descrição de Brasil segue a política de prestígio, outra grande linha da diplo-

macia de Rio Branco segundo Cervo e Bueno (2012), podendo ser bastante notada nos quatro artigos anônimos em que ele se refere à resolução da crise diplomática suscitada pelo cruzador Panther, que opôs Brasil e Alemanha. Ao invés de mostrar um Brasil inferior à cultura e civilização alemã - país este que compõe o seletivo grupo de “civilizados” - os textos descrevem um Brasil prestigiado e respeitado pela nação europeia: reconhecido como menos forte que o Governo alemão, o Brasil ainda assim era digno de prestígio e respeito, ressalta-se a relação de amizade entre ambos os países e se reproduz com detalhes a prestação de contas que o Imperador alemão enviou ao país. Escritas em artigo anônimo, passagens ilustrativas dessa construção são:

- a) Que estava longe da intenção de todos os envolvidos no caso, o ofender com tal procedimento a soberania territorial do Brasil;
- b) o Governo Imperial [alemão] tem em grande apreço a perfeita manutenção das boas relações com o Brasil. (...) O Governo brasileiro não podia esperar ou pedir, sobre o caso de Itajaí (...) mais do que franca, leal e nobremente, com a maior cordialidade, lhe foi concedido pelo Governo alemão. (...) Não foi o ministro, Sr. von Treutler, quem nos disse tudo isso: foi o Governo Imperial, isto é, foi o próprio Imperador da Alemanha quem mandou dizer tudo isso ao Brasil e ao seu Governo (...) diante da atitude cordialmente amigável do Governo alemão, que desde o primeiro momento afirmou os seus sentimentos de nunca desmentida amizade ao Brasil e, que, sendo forte e poderoso, mostrava uma vez mais que não regateia satisfações aos menos fortes (RIO BRANCO, 2002, p. 73-81)

Assim consagra-se, então, a inserção internacional do Brasil enquanto país do “segundo grupo” na divisão de Mundo apresentada pelos artigos: prestigiado e com potencial de tornar-se uma nação civilizada, das quais é amigo e até, no caso dos EUA, “irmão”, caminha para deixar no passado a imagem da exotividade e do estranhamento que causava nos primeiros anos da República. A imagem do irmão dos Estados Unidos, do prestígio, do bom vizinho, do gigante pacífico e do arauto civilizacional que, junto da Argentina e Chile, representa na América do Sul são condizentes com as principais linhas de atuação de Rio Branco na condução da Política Externa brasileira e são também as noções cristalizadas pelos artigos, confirmando a preocupação de Rio Branco em passar ao público imagens favoráveis a suas decisões e projetos de inserção do País.

## Conclusão

Pode-se dizer, portanto, que a análise de conteúdo de discurso procedida nos artigos anônimos e pseudônimos da década de 1902-1912, conduz à conclusão de que Rio Branco utilizava-se da imprensa para informar e moldar a opinião pública em favor de si e de sua política externa. Fazia isso através da descrição de um Ministro heróico, a quem só cabem virtudes, em oposição à demonização dos críticos; na apresentação de um mundo de valores ocidentais e eurocêtricos, polarizado entre “civilizados” e “fracos”, em que Brasil, Chile e Argentina apresentam-se como via média que devem caminhar em cooperação para atingir a civilização; na descrição do Brasil como país que encontra o bom caminho da civilização nas mãos de Rio Branco, saindo do papel de exotividade ao qual se prestava em seu exercício internacional e assumindo papel de prestígio e respeito entre os grandes. Na construção dessas ficções, Rio Branco legitimava frente à opinião suas principais linhas de conduta diplomática (o prestígio, a amizade pacífica com os vizinhos, a aproximação com os Estados Unidos) e assim cristalizava uma opinião favorável a si e sua política externa.

Ademais, o estudo buscou conferir luzes a uma parte ainda pouco trabalhada dos escritos de Rio Branco, que são seus artigos anônimos e pseudônimos, mostrando como esses artifícios serviram à manipulação da opinião e a firmar a mitologia que, em vida, Rio Branco começou a construir e, postumamente, só fez solidificar-se em torno da sua figura. Em última instância, objetivou-se com este estudo contribuir para a desmistificação em torno da personalidade do Barão, em busca de uma narrativa histórica mais sóbria e consciente dos usos da imprensa sobre a formação da opinião pública brasileira.

## Referências

- ALONSO, Angela. **O memorialista interessado: A Construção da Imagem do Império na Primeira República**. GT Pensamento Social no Brasil in XXXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG. 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70. 1977.
- CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4a ed. Brasília: Editora UnB. 2012.
- VIANA FILHO, Luiz. **A Vida do Barão do Rio Branco**. 1 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

GONG, Gerrit W. **The Standard of 'Civilization' in International Society**. Oxford: Clarendon Press. 1984.

HENRICH, Nathália. O Barão do Rio Branco e sua Ideia do Brasil. **Sociologia & Política**. UFPR, 2009.

LAFER, Celso; WEFFORT, Francisco C. **Projeto de Lei n. 7.403-B**. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Projetos/EXPMOTIV/EMI/EMI366-MREMinC.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/EMI/EMI366-MREMinC.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Cultura Política Brasileira**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS n. 36. 2017.

LINS, Álvaro. **Rio Branco (O Barão do Rio Branco): Biografia pessoal e História política**. São Paulo: Alfa-Ômega. 1996.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Editora Vozes. 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. In: **Tempo - Revista do Departamento de História da UFF**. Rio de Janeiro, n. 26, v. 13. p. 15-31. 2009.

RIO BRANCO, Barão do. Artigos Anônimos e Pseudônimos do Barão do Rio Branco. **Cadernos do CHDD**, ano I. n 1. Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática. Fundação Alexandre de Gusmão. 2002.

RIO BRANCO, Barão do. Artigos Anônimos e Pseudônimos do Barão do Rio Branco. **Cadernos do CHDD**, ano II. n 3. Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática. Fundação Alexandre de Gusmão. 2003.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira**. São Paulo: Editora UNESP. 2012.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

*Recebido em: 25.02.2019*

*Aprovado em: 18.03.2019*